

A CONSTRUÇÃO DO “SUJEITO POLÍTICO NEGRO UNIVERSITÁRIO” ANTES E DEPOIS DA LEI DE COTAS

THE CONSTRUCTION OF THE “UNIVERSITY BLACK POLITICAL SUBJECT” BEFORE AND AFTER THE QUOTA LAW

Stephanie P. Lima ¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a construção do “sujeito político negro universitário” antes e depois da implementação da Lei de cotas (12.711/2012) nas universidades brasileiras. À luz de Franz Fanon (2008) – além de estudos da teoria feminista (MCCLINTOCK, 2010; BUTLER, 2018) – se faz necessário, para analisarmos os processos de engajamento político, compreendermos a constituição subjetiva desses sujeitos. Assim, através de um conjunto de entrevistas realizadas com estudantes negros de coletivos universitários que entraram na universidade antes e depois da aplicação da Lei de cotas, busco compreender como os diferentes pertencimentos dos sujeitos – raça, gênero, sexualidade, classe e territorialidade – são negociados. Além disso, apresento como o contexto pós implementação da Lei de Cotas e consequentemente o aumento massivo de estudantes negros, transformaram o processo de ‘escolha política’ destes estudantes.

Palavras-Chave: Negros Universitários. Ação Afirmativa. Coletivos. Interseccionalidade

Abstract: This article aims to analyze the construction of the ‘black university political subject’ before and after the implementation of affirmative action policies in Brazilian universities. In the light of Franz Fanon (2008) – as well as studies from feminist theory (BUTLER, 2010; DAS, 2011; BRAH, 1996) – it is necessary, in order to analyze processes of political engagement, to understand the processes of subjective constitution of these subjects. Thus, through a set of interviews conducted with black students from university collectives, I seek to understand how the different affiliations of the subjects – race, gender, sexuality, class, and territoriality – are negotiated. Furthermore, I present how the post-implementation context of the Quota Law and consequently the massive increase in black students have transformed the process of these students’ ‘political choice’.

Keywords: University Blacks. Affirmative Action. Collectives. Intersectionality

1 Doutora em Ciências Sociais (UNICAMP), Mestre em Saúde Coletiva (UERJ), Graduada em Ciências Sociais (UFRJ). Atualmente é Fellow de Pós Doutorado no InternetLab. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8616776277308262>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8627-2960>. E-mail: lima.p.stephanie@gmail.com

Introdução

Este artigo tem como objetivo refletir sobre o processo de produção do “sujeito político negro universitário”¹. Lanço mão desta categoria como meio de compreender o conjunto complexo que reuniria estudantes negros que passam a adentrar a universidade após a aprovação das políticas de cotas e passam a se engajar politicamente.

Como ponto de partida para a investigação, vale destacar que o crescimento destes estudantes nas universidades foi parte de um conjunto de estruturas de oportunidades políticas², que envolvem a luta histórica do movimento negro pelo acesso à educação e uma aproximação deles com as instâncias estatais durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Flavia Rios (2008), ao refletir acerca do processo de institucionalização do movimento negro, aponta que no início do governo Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, observou-se uma abertura política maior tanto para os movimentos sociais quanto para as organizações civis. Em resposta às demandas e compromissos estabelecidos ainda na campanha eleitoral, foram criados distintos espaços de negociação. O primeiro compromisso social do governo Lula para com o movimento negro foi a formação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), ainda em 2003³.

Segundo José Jorge de Carvalho (2006), a principal política que o Governo Lula acordou com o movimento negro, em seu primeiro mandato (2003 a 2007), foi a de democratização do Ensino Superior. Assim, foram criados programas de ampliação do acesso no setor privado, como o Programa Universidades para Todos (Prouni)⁴, e para o setor público, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em 2003⁵. Isto posto, o Reuni e a posterior aprovação da Lei de Cotas (12.711/2012)⁶, no Supremo Tribunal Federal (STF), tornaram-se as políticas que diretamente contribuíram para o aumento de negros e negras nas universidades públicas brasileiras⁷.

Para compreender o processo de formação desses sujeitos, foram realizadas uma série de entrevistas. Neste artigo, são apresentadas análises de seis entrevistas conduzidas com estudantes negros que integravam coletivos das universidades foco da pesquisa: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Considerando a Lei de Cotas como um marco, as entrevistas abrangem tanto estudantes ‘das antigas’, que ingressaram na universidade antes de 2012, quanto aqueles que ainda estavam envolvidos nos coletivos e ingressaram na universidade após a promulgação da Lei.⁸

1 Para demarcar termos e conceitos de outros autores e da própria autora, será utilizada as aspas duplas. A aspas simples será utilizada para marcar os termos e categorias empregadas em campo.

2 Vale ressaltar que esse conceito tem origem na Teoria do Conflito Político (TCP), desenvolvida por Charles Tilly, Doug McAdam e Sidney Tarrow (2009). Os principais conceitos dessa teoria são: “repertório”, “enquadramento interpretativo”, “performance” e “Estrutura das Oportunidades Políticas”. Para uma análise desses conceitos, ver: Alonso, 2012.

3 Nesse mesmo ano, segundo Rios (2008), foi sancionada a Lei 10.639, a qual alterou a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 06 de março 2018.

4 O Prouni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais em cursos de graduação em instituições de ensino superior privadas para estudantes com renda per capita máxima de três salários mínimos. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>>. Acesso em: 28 maio 2017.

5 O Reuni foi criado em 2003 com o objetivo de ampliar o acesso e a permanência no Ensino Superior, adotando uma série de medidas que incluíam a expansão física das universidades, o aumento do número de cursos, turnos e campi. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acesso em: 07 set. 2015

6 A Lei de Cotas foi responsável por garantir a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades e institutos federais para alunos oriundos de instituições de ensino público, incluindo, nesse percentual, a subdivisão de cotas étnico-raciais (pretos, pardos e indígenas). Para uma análise mais elaborada acerca do processo de aprovação e luta das cotas raciais no Brasil, ver: LIMA, 2015; CARVALHO, 2006; RIOS, 2008.

7 Este artigo, é parte de uma pesquisa mais ampla, na qual, o objetivo foi contribuir para o conhecimento das transformações recentes nos movimentos sociais, em que explora os processos de produção de agentes políticos e modos de fazer político, tendo em vista a ampliação do acesso de negros/as nas universidades. Para uma análise mais complexa e ampla do contexto histórico político que estes estudantes estão inseridos, ver: LIMA, 2020.

8 Grande parte dos interlocutores pediram para manter seu nome verdadeiro no trabalho por compreenderem a pesquisa como ‘um registro histórico’. Todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido permitindo ou não o uso de seus nomes. Esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de ética

Portanto, para analisar os processos de engajamento político que moldam o “sujeito político negro universitário”, é essencial compreender os processos de formação subjetiva desses indivíduos. Nesse sentido, compartilho a perspectiva de Franz Fanon (2008) e estudos da teoria feminista (BUTLER, 2018; DAS, 2011; BRAH, 2006; MCCLINTOCK, 2010), os quais argumentam que a experiência de se tornar um sujeito está intrinsecamente ligada à experiência de submissão.

Desse modo, noção de “aparição”, apresentada por Fanon (2008) e desenvolvida por Butler (2018) nos ajuda a compreender esses processos. Em sua obra *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Fanon (2008) nos oferece uma análise elaborada dos efeitos sociais do colonialismo na construção subjetiva, com recorte principal na questão racial. O autor nos leva, em seu capítulo “A experiência vivida do negro”, para um caminho da “chegada” do negro no “mundo do colonizador – ou dos brancos” –, para compreendermos o processo de racialização como relacional, no qual o negro se faz diante do branco. Ainda neste capítulo, ao fazer uma comparação com a racialização dos judeus, o autor põe o corpo no centro desta construção subjetiva afirmando:

[O judeu] É um branco e, sem levar em consideração alguns traços discutíveis, chega a passar despercebido[...] O judeu só não é amado a partir do momento em que é detectado[...] [Eu] Sou sobre determinado pelo exterior. Não sou escravo da “ideia” que os outros fazem de mim, mas da minha aparição. (FANON, 2008, p.108)

Aparecer para Fanon é colocar o corpo e, nesse ato, se construir como sujeito. Colocando também o corpo no centro da compreensão da importância da colonialidade nas relações sociais, Ane McClintock evidencia em seu livro *Couro Imperial* (2010) que o “projeto do imperialismo” faz uso do “culto da domesticidade”. Demonstrando, portanto, que a história da colonização foi e é materializada na corporificação, ou no “aparecimento” dos sujeitos, na qual as relações são interseccionadas por questões de raça, gênero e classe. Nesse sentido, para esses dois autores analisar o “projeto do imperialismo” é compreender como a colonização cria sujeitos e não sujeitos, humanos e não humanos. Para Fanon, a colonialidade cria o humano e o “outro”, que seriam os negros. Para McClintock, esse “outro” não digno de humanidade é atravessado por raça, mas também pelo gênero e classe. Assim, de certa forma, ela avança na análise proposta por Fanon, onde não haveria um “eixo de diferenciação” primeiro.

Apesar de não fazer referência direta a nenhum destes autores, em seu livro “Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia” (2018), Judith Butler sintetiza as noções complexas deste processo a partir da noção de “aparição”. A obra, que se dedica a pensar as mobilizações e ocupações mundiais que ocorreram entre 2012 e 2014, como o Occupy Wall Street, faz uso da noção de “aparição” para pensar o ato desses corpos concretos irem às ruas para reivindicar direitos. Nesse processo de colocar o corpo no campo político, se reivindica para o corpo as reclamações colocadas. A autora afirma que não se põe só o sujeito e/ou a pauta na disputa política, mas o corpo, isto é, o direito de “aparecer” como uma reivindicação corporificada de uma “vida vivível”. Contudo, a autora chama atenção de como a presença de determinados corpos, em determinados ambientes, não necessita de um ato ou mobilização para transformar esse espaço, já que a “aparição” desses sujeitos transforma as próprias relações.

Além disso, Butler (2018) reflete sobre como existe uma regulação da “aparição” pública e, para isso, ela segue a pista da compreensão de humanidade. Ou seja, o estabelecimento de quem pode aparecer e colocar seu corpo no processo de reivindicação passa pela compreensão desse corpo ser considerado humano, acrescentando a sexualidade como um marcador importante na intersecção deste processo. Aqui acredito ser o ponto de interconexão entre esses três autores – Fanon, McClintock e Butler.

Nesse processo, o corpo toma centralidade na construção subjetiva, mas também se torna veículo de protesto. Pensando no campo desta pesquisa, a entrada desses estudantes negros na universidade constituiria um processo de “aparição”, no qual esses corpos (dotados de fala ou não) passam a ser construídos em relação aos outros já presentes naquele local. Desse modo, é necessário levar em consideração que o processo de construção desses corpos, por conseguinte

dos “sujeitos políticos negros universitários”, é perpassado por processos múltiplos, dentre eles a oposição negativa aos sujeitos simbolicamente pertencentes aos espaços das universidades públicas, ou seja, brancos, masculinos, heterossexuais e de elite (FANON, 2008; MCCLINTOCK, 2010; BUTLER, 2018).

Para apresentação das narrativas, utilizarei a Lei de cotas como um marco para articular o modo como diferentes contextos político-sociais perpassam esses processos de “aparicação”, permanência e a participação nos espaços políticos que cada um segue em sua trajetória. Assim, as seções passam por dois conjuntos de narrativas de interlocutores que ingressaram na universidade em distintos períodos de um rápido processo de mudança no que concerne à presença de negros nas universidades públicas brasileiras. O primeiro período corresponde ao marco do início da implementação das ações afirmativas, entre 2002-2011 e o segundo, reúne um conjunto de narrativas de atores que ingressaram na universidade após a aprovação da Lei de cotas (BRASIL, 2012), ou seja, entre 2012-2016.

Entrando na universidade na ‘efervescência’ das cotas (2002-2011)

Jamile Carvalho⁹ se apresenta para mim como uma ‘mulher negra e heterossexual’, que entrou na graduação em ciências sociais na UFBA em 2005, ano da entrada dos primeiros cotistas na universidade. Para me contar ‘toda a história’ foi me narrando ‘a história do início do movimento de estudantes negros e negras da UFBA’. Com um adendo, porém: ‘a história do NENU [Núcleo de Estudantes Negros da UFBA]¹⁰ é a minha história¹¹’.

Com isso, ela narrou detalhadamente o momento antes de entrar na universidade que passava por marcar o seu lugar de origem, na periferia¹² de Salvador, todo o ‘esforço’ de sua mãe para que ela estudasse e da descoberta da universidade como um lugar que ela poderia acessar por causa das cotas recentemente aprovadas. Os pontos centrais da narrativa de Jamile se reproduzem em todas as entrevistas realizadas. As distâncias físicas e simbólicas da universidade na vida desses sujeitos são resgatadas como retrospectiva para dar sentido a todas as situações vistas como violências relatadas no momento posterior, com a entrada na universidade. Assim, Jamile narra:

“Então, quando eu entrei, foi o primeiro vestibular com cotas [...]. Era aquele momento de efervescência aqui em Salvador sobre essa discussão das ações afirmativas. Só que eu não vim de cursinho como o Steve Biko [...]. Eu vinha de uma realidade de bairro pobre e estudava em um colégio... e acho que isso também foi importante. Minha mãe sempre entendeu que eu devia estudar distante do bairro onde a gente morava [...], que são essas estratégias que as mulheres negras adotam também [...]. Em 2003, quando eu ainda estava no 2º ano, começava a falar muito sobre cota[...]porque era um momento de efervescência[...]. Foi quando eu comecei a me perguntar o que era mesmo esse negócio de universidade e o que era vestibular[...]. Para a grande maioria dos estudantes, a meta era terminar o ensino médio para trabalhar[...]. Quando eu entrei na UFBA, eu não conhecia ninguém que fosse estudante universitário ou tivesse nível superior[...]. Ninguém, ninguém, ninguém próximo. Então, fui entender isso mesmo, ali, na

9 Grande parte dos interlocutores pediu para manter seus nomes, por entenderem o trabalho como um documento e afirmarem serem ‘agentes da história’.

10 O NENU foi criado em 2003. Segundo um dos interlocutores o grupo tinha como objetivo a “formação e a luta pela permanência”. O coletivo foi ativo na UFBA até 2010. Para uma descrição mais detalhada deste grupo, ver: LIMA, 2020.

11 Retirado da entrevista realizada em 17/01/18.

12 Apesar da categoria “periferia” não ser uma classificação comum em Salvador, a utilizo aqui como categoria analítica. À luz de Das et al (2004), periferia aparece como a “margem” de lugares, onde direitos podem ser violados e as pessoas são tidas como insuficientemente socializadas de acordo com a lei e a ordem do Estado. Assim, a localização habitacional dos meus interlocutores transpassa os limites territoriais mesmo quando os mesmos circulam entre a periferia e o centro.

escola, com os professores mesmo, auxiliando a gente pra conseguir fazer vestibular[...]. Eu já tinha terminado o ensino médio quando saiu o resultado e eu estava trabalhando em um call center¹³ [...]. Era um trabalho celetista, minimamente regulamentado, você tem um salário, horas, jornada de trabalho definido, e era o sonho [...]. Então, assim, eu quase não acessava esses lugares, eu não fazia a mínima ideia de onde era a UFBA, não sabia onde era. Aí, eu fui mesmo, com minha mãe ajudando, cheguei lá na UFBA". (Jamile, entrevista em 17/01/18)

Logo no início, ela assinala que diferente dos futuros amigos de movimento, que frequentaram pré-vestibulares para negros e carentes (PVNC)¹⁴, como o PVNC Steve Biko¹⁵, a ideia de universidade como possibilidade só chegou a ela pela 'efervescência' do debate sobre a aprovação das cotas. Em seu horizonte naquele momento, antes de ser estimulada a buscar o ingresso em um lugar que sequer sabia muito bem como e o que era, tratava-se de ter um emprego formal e poder escapar ao lugar destinado no trabalho doméstico¹⁶.

No decorrer do trabalho de campo realizado na UFBA, a marcação de uma diferença entre os alunos que vinham destes pré-vestibulares (identificados como politizados) era feita pelos que não passaram por esses mesmos lugares. A diferenciação era afirmada para marcar que aqueles já tinham uma aproximação maior com os debates raciais (esse era o aspecto mais pontuado), enquanto os outros tiveram de aprender esse debate na universidade¹⁷. Contudo, essa diferenciação não era posta no sentido de marcar um conflito ou afastamento entre esses estudantes, mas de demarcar que 'vir da escola normal não preparava' os alunos negros para o que estava por vir na universidade e que os PVNC, além de 'preparar' esses alunos, contribuíram para a construção dos primeiros grupos de estudantes negros, na UFBA por exemplo.

Identificado como 'estratégias que as mulheres negras adotam', o incentivo ao estudo, e a matrícula em escolas 'centrais' são meios que a mãe de Jamile – empregada doméstica grande parte da vida – 'adotaram' por ver na educação um meio de criar outras possibilidades de emprego para além do trabalho doméstico, presente em seguidas gerações na família. Além disso, a ideia do estudo como meio de 'ter uma vida melhor' ultrapassa a perspectiva de empregabilidade, mas também aciona a crença de que, através 'dos estudos', a filha poderia se distanciar das situações de dor, humilhação e solidão impostas pelo racismo e vividas cotidianamente por essas mães. Contudo, ainda no relato de Jamile percebemos que o acesso a um lugar onde não se conhece 'ninguém, ninguém mesmo' não a isenta dos sentimentos de dor. A 'solidão' surge como o primeiro 'afeto' nesse processo de "aparição" na universidade.

A narrativa de Ane¹⁸ vai ao encontro desse primeiro 'afeto' trazido por Jamile e nos ajuda a compreender como esses corpos e, por conseguinte, o processo de subjetivação desses sujeitos ocorre após suas entradas num espaço majoritariamente branco e de elite, no qual os códigos e

13 Há um grande número de pesquisas sobre telemarketing e call-centres, no Brasil, que afirmam serem estes, postos de trabalhos precários, onde a maioria dos funcionários e funcionárias é jovem, mulher e negra. Ver: (HIRATA, 2011)

14 Há, no campo da educação e das ciências sociais, diversos trabalhos acerca do processo de formação dos PVNC pelo Brasil. Contudo, para este trabalho, interessa a relação dos mesmo com o movimento negro. Para isso, ver: Rios, 2008.

15 O Instituto Steve Biko foi criado em 1992 e ainda hoje representa uma importante organização no movimento negro Brasileiro. Para os interlocutores da UFBA, o instituto foi um importante articulador na luta pelas cotas na universidade e na formação de jovens negros. Ver: Cardoso, 2005.

16 Segundo Marcia Lima e Ian Prates (2019), o conjunto de trabalhadores domésticos sofreu uma redução de 280.554 entre 2002 e 2012. Entretanto, as mulheres negras continuam representando a grande maioria desse conjunto, sendo que, em 2002, 93,6% dos trabalhadores domésticos eram mulheres e deste número 56,7% mulheres negras.

17 Essa marcação feita na fala dos meus interlocutores se encontra com a questão mais ampla dos processos de intensificação, por parte do movimento negro, para a entrada de jovens negros nas universidades via criação de pré-vestibulares para negros e carentes (PVNC).

18 Ane é um nome fictício a pedido da interlocutora. Apenas essa entrevistada pediu para manter seu nome anônimo.

linguagens são diferentes de seus locais de origem¹⁹.

Assim como em todas as entrevistas, pedi a ela, logo no início, que me falasse de sua trajetória. Ela me conta, então, que nasceu em um bairro periférico da região metropolitana do Rio de Janeiro, descreve sua trajetória escolar nas escolas públicas e me diz que, por influência de seu irmão que estava ‘mais inteirado no movimento negro mais cultural’, se inscreveu no vestibular da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), para Ciências Sociais, ingressando na primeira turma de ‘cotistas’ daquele curso. Ela recordou em sua narrativa que, em razão da ‘grande polêmica em torno das cotas’, pediu para que seu irmão a acompanhasse no primeiro dia de aula, por ‘medo de ser agredida’. Ela disse:

Entrei na primeira turma de cotas[...]meu irmão já estava mais inteirado[...]Tinha questões gravíssimas de escrita, porque vim da escola estadual, do município, minha mãe só tem a 2ª série. Aí eu entrei na UERJ e tal, e eu lembro que as cotas foram tão polêmicas, que eu falei assim com meu irmão ‘vai comigo’[...] Aí eu entrei na universidade, com muito medo. (Ane, entrevista em 04/10/19)

Ane me contou também das dificuldades dos primeiros anos na universidade pela falta de auxílio para permanência²⁰, e que foi ‘pelo cabelo’ que entrou no movimento negro e que passou a ter uma renda que lhe permitisse frequentar as aulas. Ela diz:

Eu comecei indo três vezes na semana porque eu não tinha dinheiro de passagem. Aí, comecei a usar uma questão que também vem da minha família, que é o ofício das tranças. Pra fazer, pra ganhar um dinheiro [...]. O primeiro dia que eu fui com o cabelo solto[sem tranças], tinha um menino[...]que veio falar comigo sobre ser negro e tals[...]. Então, foi isso, quando eu cheguei na universidade, nos primeiros meses, acho que meu cabelo foi o que fez me levar pro movimento negro²¹. (Ane, entrevista em 04/10/19)

Vale ressaltar que, em 2003, a UERJ era a única universidade do estado do Rio de Janeiro a incluir em seu vestibular a política de cotas raciais e sociais, o que se iniciou naquele mesmo ano. Naquele momento, então, Ane era ingressante em uma universidade pública pelas políticas afirmativas, em um contexto de grande efervescência do tema e de aprovação de cotas em outras grandes universidades, como na Universidade de Brasília (UnB) e na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), também em 2003, e na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2004²².

Um outro aspecto trazido por Ane diz respeito à maneira como a entrada na universidade e o debate das cotas transformou sua percepção racial. Desse modo, a reunião de uma diversidade de pessoas negras, colocadas em uma mesma categoria, ‘cotistas’, e incentivadas a se mobilizar, gerou, a partir do relato de Ane, uma autorreflexão sobre noções de raça e autoidentificação desses sujeitos. Ela afirma:

Pra mim negro eram só pessoas como eu, retintas. E a minha percepção também sobre minha cor, é que eu era o último tom de negro. Então não tinha percepção racial de nada. Então foi, assim, um grande aprendizado. A gente foi prendendo e foi tendo que lutar, denunciando. (Ane, entrevista em 04/10/19)

19 Vale ressaltar que figura da mãe surge como central em diversos espaços de organização desses jovens negros na universidade. Para mais ver: LIMA, 2020; LIMA, 2021.

20 O auxílio permanência é uma política da universidade, conquistada pelos estudantes, que prevê o recebimento de bolsas para alunos que ingressam pelas cotas ou que comprovem uma renda per capita considerada baixa.

21 Diversos trabalhos já apresentaram a relação de proximidade entre estética e construção da identidade negra. Trabalhos etnográficos recentes, nos mostram como o crescimento da busca da “transição capilar” está intrinsecamente relacionada à construção da identidade racial e, por conseguinte, do crescimento da autodeclaração (como pretas e pardas).

22 Para maiores informações acerca dos anos de implementação de ações afirmativas nas universidades públicas do Brasil, ver: <http://gema.iesp.uerj.br/mapa-da-acao-afirmativa/>

Ainda nesse contexto, foi criado, em 2005, o primeiro coletivo de alunos negros da UERJ, nomeado Denegrir²³. Ao ser questionado sobre esse coletivo, Ane disse que foi uma das fundadoras, mas que em ‘2006, e 2007 mais ou menos. Saí por conta do machismo’. Ela continua:

Saí por conta do machismo.[...]eu vi[falas como]‘ah, isso aqui tá parecendo briga de mulherzinha, fala como homem’, essas coisas me fizeram sair, óbvio[...]Comecei a compreender o machismo e tal[...]Um dia uma mulher negra mais velha chegou e falou ‘po, cara, não sei como vocês aguentam o machismo deles. Parece que eu tô no MNU da década de 70’. Eu e outras meninas saímos.[...] E aí, por exemplo, [um outro integrante homem gay]²⁴, também saiu. Ele ficou depois um tempo mais, depois ele saiu. Então assim, [esse integrante] em algum momento se sentiu afinado pra levar o debate da sexualidade. A gente tem que discutir a questão da sexualidade do homem negro ser gay. E, óbvio, os caras não defenderam e naquela minha formação em formação, também não defendi. (Ane, entrevista em 04/10/19)

Na continuação da narrativa, ela conta que um grupo de mulheres sai do Denegrir e cria o coletivo Aqualtune²⁵, o qual ela passa a integrar de 2008 a 2009. Assim, podemos perceber que o sentido para a categoria ‘machista’ guardava relação com a não inclusão do debate sobre gênero no grupo, que ‘era formado majoritariamente por homens negros heterossexuais’. Apesar de compartilhar a mesma identidade racial (negro) e a mesma orientação sexual (heterossexual) com grande parte dos integrantes do Denegrir, para Ane, ‘ser mulher e preta passou a não caber mais ali, depois de um certo tempo’. Além disso, Ane afirmou que tinha colegas que acusavam integrantes do coletivo por ‘homofobia’ e que saíram pela ‘ausência do debate acerca da sexualidade’. Isto posto, em conjunto com o sentimento de ‘solidão’, se constrói um processo narrado como a “busca” por encontrar um lugar, relacionado ao desejo de se sentir ‘acolhido’ e ‘pertencente’. Entretanto, nesse processo, as diversas identidades dos sujeitos são negociadas e “hierarquizadas” de diferentes maneiras. Para Ane, apesar de ressaltar a todo tempo na entrevista a importância do coletivo na sua formação ‘como pessoa’, a ausência da discussão sobre gênero, em conjunto com o apontamento de outras mulheres negras, eliminava um aspecto essencial para que ela se sentisse ‘pertencente’.

Retomando a entrevista de Jamile, podemos perceber a importância dada ao ‘acolhimento’ e como ele se constitui de diferentes maneiras, a partir da negociação das diversas identidades dos sujeitos, mas também do contexto ao qual pertence. Jamile relata que o primeiro coletivo a que se ‘conecta’ ao entrar na UFBA foi o coletivo feminista, mas que a condição de cotista do primeiro vestibular da universidade surge como um ponto central nesse processo de negociação das suas múltiplas identidades:

tudo que elas [coletivo feminista] estavam falando, tinha muito a ver comigo, muito a ver com as minhas escolhas.[...]quando eu entro na universidade é que eu começo a me reconhecer desde uma pessoa negra. Refletir sobre isso[...] Até começar a perceber a necessidade de me engajar politicamente. (Jamile, entrevista em 17/01/18)

Como estudante negra e cotista, a trajetória de Jamile nos apresenta, ainda, outros dois prismas desse processo de entrada na universidade. Primeiro, a aproximação com espaços que

23 Segundo informações colhidas no blog e na página do coletivo no Facebook – que permanece ativa e atuante –, ele surgiu com o objetivo de “criar um espaço para trocas e atuação política dos estudantes negros”. Além disso, afirmam que o nome do coletivo foi escolhido com o propósito de denunciar o racismo e ressignificar o verbo para “Denegrir: tornando a universidade mais negra”.

24 Durante a entrevista Ane nomeia este integrante. Como não obtive autorizações do uso do nome do mesmo, foi retirada a citação direta ao nome.

25 O coletivo “Aqualtune: associação de mulheres negras” foi criado em 2007 e se encontra ativo até o momento. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/aqualtune.associacao/about/?ref=page_internal. Acesso em 09 jan. 2020.

se relacionam com as ‘experiências’ de vida do sujeito, e, segundo, o processo de constituição da identidade racial. Como ela aponta, entrar como cotista a colocava num lugar racial que passou a ser formulado no momento em que ingressou na universidade. Ou seja, o acesso aos coletivos universitários passa a informar os significados de ser mulher e de ser negra. Disso decorre a ‘convocação’ para uma atuação política e, em 2005, passa a compor o Núcleo de Estudantes Negros da UFBA, o NENU.

Para Fanon, e podemos dizer que também para McClintock (2010), é no encontro com o “colonizador” ou, nos termos que venho colocando, no momento de “aparicação” na universidade, que esses sujeitos deixam de ser sujeitos para ser “uma forma” (FANON, 2008). Assim, as narrativas de Jamile e Ane nos oferece a possibilidade de analisar como nesse processo de “aparicação” se constrói um sujeito, um humano, o “outro” que é interseccionado por raça, gênero, classe, sexualidade e território. Nesse sentido, é devido a esse processo que se relata um primeiro sentimento de ‘solidão’ e, por conseguinte, a “busca” pelos ‘seus para não morrer’, ou seja, o encontro com ‘pessoas parecidas com você’ ou, ‘os seus’, como uma forma de se reconstruir subjetivamente.

Nesse sentido, as narrativas de Ane e Jamile nos apresenta como, no processo de “aparicação”, as diversas ‘experiências’ estabelecem a construção subjetiva desses sujeitos, que por compartilharem um lugar comum de “outro” – ao que seria o sujeito comum ao espaço da universidade – constroem em algum momento a ideia de ‘pessoas como eu’, ou seja, uma identidade comum compartilhada – que estou propondo nomearmos de “sujeito político negro universitário”. Entretanto, a narrativa destes atores também nos apresenta como que a construção ‘dos seus’ é perpassada pelo contexto e pela negociação das múltiplas identidades dos sujeitos. Assim, ora o coletivo negro, ora o coletivo de mulheres negras pode ser o lugar de ‘acolhimento’. Apesar da multiplicidade de encontros e acolhidas, as narrativas desta seção, assim como as da seguinte nos apresentam que o período de entrada na universidade, ou de “aparicação” é um processo de reconstrução de si.

Entrando na universidade cada vez mais negra (2012-2016)

Compreendendo os processos de “aparicação” como contextuais, a aprovação da Lei de Cotas, em 2012, é um marco importante, que intensifica o debate racial no âmbito nacional e concomitantemente o crescimento do número de estudante negros nas universidades públicas. Como diversos trabalhos vem apresentando (LIMA, 2018; SILVÉRIO, 2011), a aprovação da Lei de Cotas não modificou apenas o cenário das universidades nas quais ocorreu a implementação, mas produziu um contexto de movimentações em todo o conjunto das instituições de ensino. Nesse sentido, apesar das universidades focais da tese (UFBA, UNICAMP e UERJ) não terem implementado cotas nesse contexto, as mobilizações em torno dessa conquista transformam o cenário mais amplo, o que, por conseguinte, possibilita ‘experiências’ de “aparicação” distintas desses jovens negros, que passam a adentrar e atuar nas universidades após a Lei, se comparadas às décadas anteriores.

Desse modo, nesta seção, irei percorrer, a partir de outro conjunto de ‘experiências’, o momento mais recente da entrada de estudantes negros na universidade pública. Inicialmente, me debruçarei sobre a trajetória narrativa de Rodger Richer. Ele se apresentou como integrante do coletivo Enegrecer, diretor de combate ao racismo da União Nacional dos Estudantes (UNE), na gestão 2015-2017, e disse que estava finalizando sua graduação em Ciências Sociais, na UFBA. Assim como em todas as entrevistas que realizei, pedi que o entrevistado contasse sua trajetória até aquele momento, ao que ele respondeu: ‘tá, então preciso começar de antes de entrar na universidade’²⁶.

Rodger entrou na UFBA, em 2010, e diz ter sido através de um professor da Steve Biko – mesmo PVNC citado por Jamile –, que conheceu no Ensino Médio ‘quem despertou em mim o debate racial. De eu ser negro, de sofrer racismo por causa da minha estética, do meu nariz, do meu cabelo e pela minha cultura’. Para ele, aquele foi o momento no qual ‘começou a tomar uma consciência de raça’.

Como Jamile e Ane, na primeira semana de aulas, Rodger foi apresentado aos diversos

²⁶ Rodger, entrevista em 24/01/17

coletivos da UFBA. Inicialmente, foi com o ‘pessoal do DCE e do CA’ que se deu seu envolvimento²⁷. No conjunto dos novos códigos que a universidade trazia, a existência dessas formas de organização e da participação de jovens em partidos políticos foi o que mais chamou sua atenção. Desse modo, os primeiros coletivos que conheceu foram grupos que afirmavam a importância da disputa nos espaços de deliberação da universidade (CA; DCE; DA). Logo nesse primeiro momento, foi convidado a participar de uma ‘eleição do CA’, decidindo aceitar a proposta em razão da ‘pouca presença dos negros naqueles espaços’. A esse respeito, o processo apresentado por Rodger sobre sua entrada no movimento estudantil teve, um momento inicial, marcado pelo não encontro de pessoas parecidas com ele (ou seja, negras) nesses grupos, seguido por um momento de criação de vínculos e, por conseguinte, do sentimento de pertencimento, justificado pelo desejo de ‘aumentar a presença negra no ME’. Em suas palavras: ‘a gente quer que a gente também esteja lá, falando. Então, a partir disso, a gente começa a se questionar e a criar vínculos de redes de solidariedade que vão contribuindo para o aumento da organização do movimento estudantil e para a ampliação de presença negra’²⁸.

Após esse primeiro momento de participação, durante as eleições do CA, Rodger passou a fazer parte do coletivo Enegrecer (Coletivo Nacional de Juventude Negra), que é um coletivo nacional que tem inserção na UFBA, vinculado à Democracia Socialista, corrente interna do PT, e fundado em novembro de 2009. Na continuação da narrativa, Rodger produz certas articulações para explicar porque ele e outros jovens negros que entram na universidade ‘devem’ se engajar politicamente. Afirmou ele:

Não estamos aqui por uma conquista individual[...]foi o fruto de um processo histórico que, desde o Movimento Negro Unificado na década de 1970, pautou um projeto político para o povo negro no Brasil. Você conquistou o direito, agora você vai afrontar o racismo e afrontar muito na perspectiva da geração tombamento que traz as identidades. Eu estou aqui porque minha mãe se fodeu lá atrás para eu tá aqui. Minha avó que era analfabeta lutou para eu tá aqui. (Rodger, entrevista em 24/01/17)

Davison Faustino (2015), afirma que Avtar Brah (2006), influenciada por Fanon (2008), defende que “a cultura ancestral (ou mesmo no caso em que o ancestral é uma reinvenção) e a experiência comum da racialização operam nesse contexto como estopins políticos poderosos”. Nesse sentido, apesar de compreender que os processos de “aparição” são perpassados por situações tidas como de violência, o potencial político dos mesmos está na construção de uma noção de ‘ancestralidade’²⁹, ou seja, de sujeitos que compartilham ‘experiências’ para além do tempo.

Além dos vínculos com o movimento negro, a figura da mãe (ou as mulheres negras da família) reaparece como um fator importante no conjunto de significados que se dá para essa noção de ‘responsabilidade’. Diferente das interpretações atuais que estabelecem a noção de responsabilidade como uma representação da racionalidade neoliberal (BUTLER, 2018), em campo, a noção de ‘responsabilidade’ surge a partir da ideia de se compreender como parte de um grupo, que seriam os negros e pobres, que não acessam o espaço da universidade.

Entretanto, a forma de ‘continuar a luta’ assume para Rodger uma perspectiva delineada pela ideia de ‘afrontamento’, própria da geração atual, que ele nomeia de ‘geração tombamento’. Esta é uma categoria recentemente acionada para nomear o crescimento do uso da moda e da estética como ferramentas políticas de desconstrução de estereótipos de raça e gênero³⁰. Junto com ela, a

27 O Diretório Central dos Estudantes (DCE), o Centro Acadêmico (CA) e o Diretório Acadêmico (DA) são entidades de organização estudantil presentes nas universidades.

28 Rodger, entrevista em 24/01/17

29 Ancestralidade surge em campo como uma categoria êmica. Além de ser acionada para marcar um pertencimento histórico em uma identidade coletiva, a negra, esta categoria é utilizada muitas vezes como forma de reverenciar militantes negros mais velhos. Muitas vezes vem acompanhada da expressão “nossos passos vem de longe” de Jurema Weneck – referência importante no movimento de mulheres negras e muito acionada em campo.

30 Para mais ver: Sousa; Leite e Batista, 2018.

noção de ‘afrontar’ surge no vocabulário das gerações mais recentes de jovens negros. O uso do verbo deve-se a seu prefixo afro, que pauta um sentido de enfrentamento às desigualdades numa perspectiva afro, ou seja, negra. Assim, termos como ‘afrontamento’ são comumente utilizados por jovens negros, em espaços de discussão política ou não. Além de afrontar pela afirmação racial e através da estética, Rodger aponta também a pesquisa como um meio de combate ao racismo. Para ele, assim como para todos os interlocutores desta tese, a pesquisa realizada por pesquisadores negros dentro da universidade é uma importante forma de ‘afrontamento’³¹.

A questão da saúde mental foi outro aspecto levantado por Rodger, diretamente relacionada à sua trajetória como um “sujeito político negro universitário”. Após narrar sobre suas ‘experiências’ e atividades no movimento estudantil, ele disse ter ficado muito doente em razão de todo o trabalho dedicado à organização: ‘eu fiquei muito doente fisicamente e psicologicamente, mas a gente acredita na importância, e o meu coletivo foi essencial para eu ficar bem... sem eles, eu teria pirado muito mais’³².

Compreendendo que a construção subjetiva desses sujeitos passa por processos tidos como de violência, os relatos de adoecimento se tornam comuns nas narrativas, mas ao mesmo tempo os coletivos dos quais eles participam surgem como lugares de ‘cuidado, afeto e sobrevivência’³³.

Nesse sentido, a narrativa de Bruno nos oferece outras pistas. Bruno Ribeiro, se apresenta como ‘bicha preta’³⁴ do Grajaú – zona sul de São Paulo –, e inicia sua narrativa resgatando seu primeiro contato com o ‘movimento social’ através de seus pais, que foram moradores de ocupação e filiados ao PT³⁵. Crescendo envolto em associações de moradores, igrejas e projetos de organizações para jovens da região em que morava, Bruno diz que, a partir desse momento, a universidade passou a ser apresentada como uma possibilidade. Também aluno de um pré-vestibular social, ligado ao PSOL, na zona sul da cidade³⁶, já sabia o que era ‘partido político, movimento estudantil, DCE e outros movimentos’ antes de entrar na UNICAMP.

Bruno entrou na universidade em 2014 e começou a frequentar as reuniões do NCN/ UNICAMP no mesmo ano. Apesar da existência de outros coletivos na universidade, o entrevistado marca que é o sentimento de ‘acolhimento’ que o faz compor o Núcleo e não outros grupos. Ele diz:

Em 2014, além do Núcleo, existiam outros grupos [...] O Babado mesmo era um coletivo que de fato eu tinha interesse de tocar aquelas pautas, só que eu nunca me senti nem um pouco à vontade de entrar [...] Era um espaço extremamente hostil... meio GGG³⁷ branco. (Bruno, entrevista em 15/07/17)

Ao mesmo tempo em que o Babado, que é um coletivo de diversidade sexual, surge como um lugar ‘hostil’, na fala de Bruno, o NCN/UNICAMP surge como um espaço onde se pode discutir sobre as múltiplas identidades dos sujeitos que o compõe e essa forma de fazer política é marcada como diferente dos ‘modelos velhos e atrasados’:

Não acho que a gente [NCN/UNICAMP] é um grupo que só vai discutir relações raciais. A gente vai discutir a partir

31 Nessa perspectiva, a ‘luta contra o epistemicídio’ surge como uma importante agenda em campo. Para mais ver: LIMA, 2020.

32 Rodger, entrevista em 24/01/17

33 No trabalho da tese, exploro com mais densidade essa noção dos afetos que surgem no campo. Ver: LIMA, 2020; LIMA, 2021

34 Pude perceber durante a pesquisa que grande parte dos jovens negros gays se identificam como bichas pretas. Segundo Megg Oliveira (2017) e Fábio Cordeiro (2019) o termo “bicha preta” é uma categoria identitária que surge, principalmente, no ambiente da internet nos últimos cinco anos. Segundo Bruno Ribeiro (2021), “bicha preta” está em oposição a categoria “gay”, colocado em campo como “branco”. Assim, o uso desta categoria passa por uma marcação de diferença de orientação sexual, raça e performance de gênero, já que as bichas pretas são vistas, e se identificam, como mais feminilizadas.

35 “Ocupação” é o modo de conquistar e habitar uma propriedade considerada improdutiva que tenha uma função social. O termo é utilizado para habitações urbanas e rurais e consiste em uma grande organização e mobilização política.

36 A zona sul da cidade de São Paulo é compreendida como uma região “periférica”.

37 GGG se refere a “gay, gay, gay”, termo usado como crítica à presença às vezes quase exclusiva de homens gays nos espaços de fala pública e na tomada de decisões dentro dos grupos LGBTQIA+.

disso, a partir disso a gente vai discutir tudo[...]é um espaço autoconstruído, é um espaço, hoje, de bastante respeito. Acho o movimento tradicional muito equivocado, velho, atrasado, sabe? (Bruno, entrevista em 15/07/17)

Com isso, a forma de fazer política do movimento estudantil aparece como ‘velha e atrasada’, no sentido de não compreender e respeitar as diferentes ‘experiências’ dos sujeitos que compõem esses grupos. Em contrapartida, os coletivos negros aparecem como um lugar de ‘cuidado e afeto’, onde a política é compreendida como uma forma de diálogo entre as diferentes ‘experiências’ e não como ‘sobreposição’. Portanto, ‘respeitar’ os sujeitos em sua diversidade é um desafio para os grupos, ao relacionarem não só a identidade racial, mas as múltiplas identidades dos diferentes sujeitos que compõem o coletivo, isto é, construir uma forma de ação política ‘interseccional’. Taina³⁸, outra interlocutora integrante do NCN, afirma que a percepção de que o Núcleo só tem debate racial é uma perspectiva racista:

Não é só um debate racial, puramente racial, a gente não é só negro, a gente é mulher, é bicha, é sapatão, é trans, é gay, é hetero, tem um monte de coisa ali e essas coisas ressoam na nossa convivência[...]. Não é uma coisa só! (Taina, entrevista em 10/10/17)

A noção de que ‘a gente não é só negro’ perpassa todas as narrativas trabalhadas até aqui, que por sua vez são produzidas em diferentes contextos e realidades locais. Apesar das diferenças de trajetória e até de organização política que estes sujeitos passam a compor, essas narrativas nos apresentam como, associada à construção de uma noção de ‘ancestralidade’ e de ‘responsabilidade’, a afirmação da diversidade dos próprios sujeitos do coletivo, e o desejo de tornar os coletivos um lugar de ‘afeto’ e ‘afrontamento’, produzem a noção de fazer daquele lugar parte de um movimento maior e, ao mesmo tempo, diferenciar-se do que teria sido feito antes. Contudo, as narrativas de Bruno e Rodger nos apresentam um processo de “aparição” onde os sujeitos, de certo modo, já estão informados dos códigos e das linguagens dos espaços da universidade por terem passado ou se aproximado de professores de PVNC. Com narrativa diferente, apresento a seguir, o último interlocutor desta seção, que não teve acesso a PVNC, mas também possibilita observarmos como a diversidade de identidades dos sujeitos na ação política torna-se central nesse contexto e transforma os próprios processos de engajamento político.

Ayie TiEso, nome que recebeu de sua mãe de santo, se apresenta para mim como estudante de Ciências Sociais na UERJ, integrante da Frente Negra da mesma universidade, ‘bicha preta e não binária’³⁹. Como nas outras entrevistas, pergunto da sua trajetória e ele diz ser ‘nascido e criado’⁴⁰ no morro do Salgueiro – zona norte do município do Rio de Janeiro. Por conta de um acidente, se afastou da escola e tempos depois decidiu fazer o ‘supletivo’⁴¹ e, por insistência de um professor, fez o vestibular da UERJ, onde começou a cursar, em 2013, o curso de Ciências Sociais.

Ao mesmo tempo em que a entrada na UERJ marca o início da sua descoberta sexual, ele pontua veementemente que não foi na universidade que ‘tornou-se negro’. Ele diz:

Minha vivência foi atravessada pela minha negritude. Eu não tive essa coisa de me tornar negro dentro da universidade [...].

38 Taina Santos, vinda de uma região periférica de São Paulo, no momento da entrevista tinha 24 anos, afirmou que por incentivo da mãe chegou ao Pré-Vestibular Para Negros e Carentes (PVNC) do Núcleo de Consciência Negra da USP (NCN/USP) e conseguiu entrar inicialmente para a UNESP em 2013, mas em 2014 trocou de curso e universidade, iniciando o curso de História na UNICAMP. Integrava o NCN, desde 2014. Taina se identificou como uma mulher preta cisgênero bissexual.

39 Apesar de não ser seu nome de registro Ayie diz preferir o uso deste nome por ter sido o nome africano dado pela sua mãe de santo. O uso do termo “não binário” é utilizado por pessoas que não se identificam com nenhum dos dois gêneros (masculino ou feminino). Para compreender melhor a incorporação do termo no campo, ver: Carvalho, 2018.

40 A expressão “nascido e criado” é comumente utilizada por pessoas moradoras de favela do Rio de Janeiro para marcar seu pertencimento ao seu local de origem.

41 Supletivo era o termo anteriormente utilizado para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) que tem como objetivo possibilitar às pessoas que não terminaram o ensino básico fazê-lo em tempo abreviado.

Mas eu sou uma bicha preta. Aí sim, com toda essa questão de ser uma bicha preta e com relação à questão de gênero, essas coisas, isso sim a faculdade foi um marcador determinante pra eu poder ter condições de fazer escolhas, minimamente. (Aiyé, entrevista em 10/11/18)

Entretanto, o processo de tornar-se militante e “achar” um lugar para se sentir acolhido fez Aiyé passar por diferentes movimentos dentro da universidade. Assim como em alguns casos relatados por Ane, de amigos gays que atuaram com ela ainda no início das cotas, o primeiro espaço que frequentou foi um antigo grupo de estudantes negros da UERJ, do qual decidiu se desligar por ter sofrido agressão homofóbica. Os relatos de Aiyé e Ane acerca de vivências consideradas homofóbicas e machistas em alguns espaços do movimento negro dentro e fora da universidade são comuns. A necessidade de um espaço que o fizesse se sentir acolhido como ‘uma bicha preta com deficiência’ o afasta desses grupos do movimento negro e o aproxima do coletivo LGBTQIA+ da UERJ, chamado Colorir. Nesse sentido, do mesmo modo como a narrativa de Aiyé se aproxima de relatos trazidos por Ane, ela se afasta da de Bruno, o qual afirma que seu desconforto ocorreu quando se aproximou dos coletivos LGBTQIA+. Enfim, o processo de “achar” um lugar corresponde, a partir da narrativa dos sujeitos, mais às dimensões de ‘cuidado, afeto e acolhimento’ que cada coletivo mobiliza, do que, especificamente, às identidades.

Para Aiyé, sua entrada no Colorir se deu em meio a uma tensão racial posta no grupo entre os integrantes negros e brancos. Ele conta:

A primeira experiência com coletivo LGBT foi no Colorir, só que teve um racha no Colorir que foi basicamente racial, das pessoas pretas não se entenderem como pertencentes àquele espaço por uma série de questões do espaço LGBT[...]eu já entrei[...]já com esse posicionamento, buscando alguma coisa relacionado à minha negritude e que ao mesmo tempo não cerceasse a questão da minha identidade homossexual que estava sendo construída. (Aiyé, entrevista em 10/11/18)

A “busca” relatada por Aiyé, assim como outros interlocutores, é mobilizada para explicar o processo de engajamento político, até o momento da entrevista. Apesar de não ter sido no coletivo LGBTQIA+ que Aiyé continuou sua trajetória, afirma que ali ele “achou” e construiu seu lugar de ‘acolhimento’, pois relata que foi a partir do grupo de negros do Colorir - que passaram a se ‘sentar, andar e pensar juntos’ - que a Frente Negra da UERJ, criada em 2015, foi composta⁴².

Desse modo, o primeiro conjunto de narrativas apresentadas, composta por Jamile e Ane, e esse segundo conjunto, que reúne Rodger, Bruno e Aiyé, nos oferece dados de análise de aproximação e possíveis mudanças no processo de construção subjetiva e, por conseguinte, de engajamento político desses sujeitos que adentram a universidade em contextos políticos distintos. Podemos afirmar que, apesar das diferenças de localidade e temporalidade, o processo de “aparição” desses sujeitos é marcado por situações percebidas como violência, por verem a si mesmos como o “outro” – em relação ao sujeito comum ao espaço da universidade – e também pela “busca” de ‘pessoas como eu’.

Além disso, no que se refere a esta reconstrução, percebemos que em todas as narrativas apresentadas “tornar-se sujeito” é “tornar-se militante”. Assim, as observações de campo se encontram com as análises de Neusa Santos Souza. Em seu livro “Tornar-se Negro” (1983), a autora, influenciada por Fanon (2008), propõe uma extensa reflexão acerca do processo de subjetivação do negro brasileiro frente ao “mundo branco”. Em sua análise, a autora afirma que, dada a história de negação de sua humanidade, a única saída para o negro se tornar sujeito, ou seja, humano, é produzindo um discurso sobre si, que teria como referência o colocado pelo movimento negro. Nesse sentido, em conjunto com esse processo de tornar-se sujeito e militante, ocorre uma reformulação das ‘vivências’ e das ‘experiências’, que passam a ser lidas a partir de determinados enquadramentos (racismo, machismo, LGBTQIA+fobia e opressão de classe).

Apesar de todos os interlocutores serem negros, o racismo tem centralidade nas reivindicações,

42 Uma descrição sobre o processo de descrição da Frente Negra, ver: LIMA, 2020.

mas não é o único tema. Aiye, por exemplo, afirma que após sua entrada ou “aparecimento” na universidade e aproximação com os coletivos ‘descobre melhor sua sexualidade’ e apesar de ‘não tornar-se negro na universidade’ é ali que ele ‘complexifica a ideia que tinha de negritude’. Nesse sentido, os coletivos aparecem como lugares nos quais os sujeitos articulam subjetividades múltiplas e instáveis (HALL, 2000). Assim como aponta Carla Gomes (2018) em relação a outra iniciativa política recente, a Marcha das Vadias, o corpo passa a ter uma centralidade no “fazer política” desses encontros e coletivos, assim como as diferenças recebem status hierárquicos distintos a depender do corpo que fala e do contexto no qual se faz uso da palavra, como já afirmado. Vale destacar que, em acordo com outras etnografias que se dedicam a analisar movimentos sociais contemporâneos (GOMES, 2018; CARMO, 2018), as identidades são compreendidas como fluidas e intersubjetivas, as quais devem ser compreendidas a partir de jogos de negação, negociação e hibridismo (HALL, 2000; BRAH, 2006) e, por esse mesmo motivo, as negociações entre as diferenças, ou seja, a ‘interseccionalidade’, torna-se o cerne destas organizações.

Vale ressaltar que, segundo Jurema Werneck (2016) e grande parte dos interlocutores desta tese, interseccionalidade é uma categoria de extrema importância para a análise social, gerada no bojo da teoria feminista negra. A autora afirma que, apesar de ter sido cunhada por Kimberlé Crenshaw, em 2002, análises sociais interseccionais já estavam presentes em obras de feministas negras norte americanas e brasileiras, na década de 1980, como nas obras de Angela Davis ([1981] 2016) e Lélia Gonzalez (1983)⁴³.

Como recurso analítico para compreender os processos apresentados, proponho pensarmos este campo, em que os atores estão inseridos, como “campos discursivos de ação” que se constituem por “teias político comunicativas” (ALVAREZ, 2014). Em outras palavras, apesar da centralidade observada na questão racial, percebe-se um fluxo contínuo entre diversos movimentos, promovido pela própria circulação dos atores em diversos coletivos, como o feminista, LGBTQIA+ e estudantil, o que gera uma reelaboração de diversos enquadramentos. Assim, podemos dizer, em acordo com Vinícius Zanoli (2019), que, por estes atores estarem em um lugar de interconexão entre diversos campos e dada a centralidade do corpo, a ‘interseccionalidade’ surge como enquadramento que poderia ser flexível e inclusivo o suficiente para ser definido como um “*master frame*”⁴⁴ (BENFORD; SNOW, 2000). Visto que, uma das bases desse enquadramento é a própria crítica às identidades e à ideia de que um movimento social construído a partir de uma dessas identidades, não daria conta das desigualdades sociais às quais estes sujeitos estão inseridos.

Desse modo, as diversas trocas entre os movimentos, propiciadas: (i) pelo incremento na participação no período do primeiro conjunto de narrativas (2003-2012); (ii) pela difusão de informações e teorias que se deu pela popularização do uso da internet e pelo uso mais ativo de redes sociais; e (iii) pela popularização do ensino superior, possibilitaram a transversalização de agendas, formas de organização e o transbordamento da categoria interseccionalidade para além dos movimentos feministas negros (FACCHINI et al, 2020).

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo compreender a construção do que nomeei como “sujeito político negro universitário”. Seguindo a proposta de Fanon (2008), McClintock (2010), Butler (2018) e dos estudos da teoria feminista, que trabalham com um entendimento que para compreendermos as ações de um grupo é necessário compreendermos o processo de produção desses corpos e suas subjetividades, se fez necessário refletirmos acerca da complexidade colocada e gerida nos processos de construção subjetiva. Para esses autores, “aparecer” é colocar o corpo e este corpo é colocado no campo político como “veículo de protesto” (BUTLER, 2018). Desse modo, como dito, podemos observar que o ato de entrar na universidade ou “aparecer” dá início a um processo de

43 Pedro Lopes (2020), em tese que se dedica a refletir acerca da noção “deficiência”, desenvolve um capítulo apresentando um panorama histórico e as recepções dos conceitos “interseccionalidade” e “marcadores sociais na diferença” nas ciências sociais no Brasil.

44 Segundo Benford e Snow (2000), a flexibilidade ou rigidez e o potencial de exclusão ou de inclusão de um enquadramento pode influenciar em sua capacidade de evoluir para um “*master frame*”, ou seja, um modo de dar sentido à atuação política que pode passar a orientar diversos movimentos sociais.

reconstrução subjetiva no qual se reivindica para o corpo as reclamações políticas.

Através das narrativas podemos perceber que as situações percebidas como violência, central na construção subjetiva desses sujeitos e no engajamento político, perpassam enquadramentos estabelecidos pelos diversos movimentos sociais a que esses sujeitos são apresentados ao entrarem na universidade – ou até antes, nos PVNC. Em outras palavras, as violências passam a ser lidas através dos enquadramentos do machismo, racismo, opressão de classe e LGBTQIA+fobia apresentados pelos movimentos feministas, negros, estudantil e de diversidade sexual. Jamile por exemplo, relata que após a sua aproximação com o coletivo feminista passa a compreender que ‘vivências’ anteriores, lidas como violentas, foram reflexos do machismo e que após sua aproximação com o coletivo negro passou a ‘se reconhecer como negra’ e ‘refletir e pensar sobre isso do lugar que veio’. Apesar desse processo ser observado nos dois conjuntos de narrativas, percebemos que no momento mais recente, com Rodger, Bruno e Aiye, a compreensão das ‘experiências’ de violência através do enquadramento estabelecido pelo movimento negro, ou seja, do racismo, toma uma maior centralidade, mas está associada à noção de que ‘a gente não é só negro’, ou seja, apontam que para esta nova geração, a questão racial vem articulada a outras diferenças, tais como de gênero, sexualidade e classe.

Desse modo, a centralidade que o corpo toma na narrativa de engajamento coloca o ‘afrontamento’, para usar o termo de Rodger, como estratégia política, ou seja, o uso da estética e a intersecção de raça, gênero, sexualidade e classe tornam-se centrais para atuação política, assim como falar dos ‘afetos’ e do ‘adoecimento’. Nesse sentido, ao falarem que ‘não tem como falar da minha trajetória política, sem falar da minha vida’, a construção de sentidos para o engajamento político mostra-se indissociável de um processo de reelaboração sobre si e sobre as relações sociais que produzem a dissociação entre negros e universidades públicas.

Por fim, podemos afirmar que uma das hipóteses para essa mudança refere-se à expansão do número de estudantes negros e não-negros de camadas populares nas universidades públicas, devido a políticas como a Lei de Cotas. Essa transformação no cenário da universidade gerou uma ‘pulverização das pautas’, ou seja, um processo que dificultava a escolha pura e simples de uma pauta ou movimento em detrimento de outros, a partir do qual os coletivos passam a dialogar com as diversas identidades dos sujeitos. Como afirma Taina: ‘a gente não é só negro, a gente é mulher, é bicha, é sapatão, é trans, é gay, é hetero...’, com isso os coletivos passam a ser o espaço de construção de narrativas de ‘experiências’, mas também de aprender a ‘dar conta’ de todas as diferenças.

Referências

ALONSO, A. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & antropologia**. v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012.

ALVAREZ, S. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. In: Dossiê O gênero da política: feminismos, Estado e eleições. **Cadernos pagu** (43), janeiro-junho, 2014.

BENFORD, R.; SNOW, D. Framing processes and social movements: An overview and assessment. **Annual review of sociology**, 26.1: 611-639, 2000.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**. n. 26. p. 329-376. 2006.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: mar.2022.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de**

- assembleia. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BRINGEL, B. Mudanças no ativismo contemporâneo: controvérsias, diálogos e tendências. In: FASE. **A luta popular urbana por seus protagonistas: direito à cidade, direitos nas cidades**. Rio de Janeiro: Fase, p. 20-29, 2018.
- CARDOSO, N. **Instituto Steve Biko – juventude negra mobilizando-se por políticas de afirmação dos negros no ensino superior**. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade). Universidade Estadual da Bahia, Salvador, 2005.
- CARMO, Í. **O rolê feminista: autonomia, horizontalidade e produção de sujeito no campo feminista contemporâneo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.
- CARVALHO, J. **A política de cotas no ensino superior: ensaio descritivo e analítico do Mapa das Ações Afirmativas no Brasil**. Universidade de Brasília. Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2016.
- CARVALHO, M. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. **Cadernos Pagu**. n. 52. p. 33-67, 2018.
- CORDEIRO, F. **A bixa-preta na escola e nas redes sociais: da afetividade de uma vida à hipersexualização de um corpo**. Dissertação (Mestrado em educação). Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná, 2019.
- CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**. v. 10, n. 1. p. 171-188, 2002.
- DAS, V. *et al.* Anthropology in the Margins of the State. **PoLAR: Political and Legal Anthropology Review**. v. 30, n. 1. p. 140-144, 2004.
- DAS, V. *et al.* O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu**. N. 37. p. 09-41, jul/dez. 2011.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, [1981], 2016.
- DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**. v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.
- FACCHINI, R.; RODRIGUES, J. É preciso estar atenta(o) e forte: histórico do movimento LGBT e conjuntura atual. In: Leonardo Nogueira; Erivan Hilário; Thaís Terezinha Paz; Kátia Marro. (Org.). **Hasteemos a bandeira do arco-íris: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, v. -, p. 231-262, 2018.
- FACCHINI, R.; RODRIGUES, J. Movimentos feminista, negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 41, e230408, 2020.
- FANON, F. **Os condenados da terra**. 2ª. Ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.
- FAUSTINO, D. **“Por que Fanon? Por que agora?”: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2015.

GOMES, C. **Corpo, emoção e identidade no campo feminista contemporâneo brasileiro**: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. 2018. 314 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje** - ANPOCS. n. 2, p. 223-244, 1983.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org. e Trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, p. 103-133, 2000.

HIRATA, H. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Caderno CRH**. v. 24, n. 1. p. 15-22, 2011.

LIMA, M. Ações Afirmativas e juventude negra no Brasil. **Cadernos Adenauer**. v. 16, n. 1. p. 27-43, 2015.

LIMA, M. A produção de conhecimento em tempos de conflito: o lugar das Ciências Sociais. **Rev. antropol.** (São Paulo, Online). v. 61 n. 1: 95-102, USP, 2018.

LIMA, M. PRATES, Ian. Emprego doméstico e mudança social: Reprodução e heterogeneidade na base da estrutura ocupacional brasileira. **Tempo Social**. v. 31, n. 2. p. 149-172, 2019.

LIMA, S. **"A gente não é só negro!": Interseccionalidade, experiência e afetos na ação política de negros universitários**. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2020.

LIMA, S. 'Aqui a gente faz política com afeto!': 'Interseccionalidade' e 'afeto' na construção da 'nossa forma de fazer política' de negros universitários. **Revista Cor LGBTQIA+**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 56 - 81, jul/2021

LOPES, P. **Deficiência na cabeça: percursos entre diferença, síndrome de Down e antropologia**. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. Para mapear o confronto político. **Lua Nova: revista de cultura e política**, 76: 11-48, 2009.

MCCLINTOCK, A. **Couro imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas, Editora da Unicamp, 2010.

OLIVEIRA, M. **O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

RIBEIRO, B. **Afronta, vai, se movimentar! Uma etnografia da cena preta LGBT da cidade de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2021.

Ribeiro, B., Mesquita, T., & Lima, S. A Unicamp precisa falar sobre cotas: sujeitos, movimentos e disputas. **Cadernos De Campo** (São Paulo - 1991), 31(2), e203122. 2022.

RIOS, F. **Institucionalização do movimento negro no Brasil Contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RIOS, F. **Elite política negra no Brasil**. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RIOS, F. Feminismo negro brasileiro em três tempos: Mulheres Negras, Negras Jovens Feministas e Feministas Interseccionais. **Labrys**, estudos feministas, julho/ 2017- junho 2018.

SILVÉRIO, V. Apresentação do Dossiê Ação Afirmativa e Relações Raciais Contemporânea. **Revista de Sociologia da UFSCar**. v. 1, p. 13, 2011.

SOUZA, A.; LEITE, F.; BATISTA, L. Publicidade tombamento: expressões da “geração tombamento” em anúncios contraintuitivos para o empoderamento de negras e negros brasileiros. *Tríade*: **Revista de Comunicação, Cultura e Mídia**. v. 6, n. 11. p. 37-60, 2018.

SOUZA, N. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, 25: 535-549, 2016.

ZANOLI, V.. **“Bradando contra todas as opressões!”**: uma etnografia sobre teias e trocas entre ativismos LGBT, negros, populares e periféricos (Campinas, 1998-2018). Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

Recebido em 01 de março de 2023.

Aceito em 23 de maio de 2023.